



# DIÁRIO TUCANO

INFORMATIVO DAS BANCADAS DO PSDB NA CÂMARA E NO SENADO

Nº 1748, QUINTA-FEIRA, 6 DE OUTUBRO DE 2011

## Câmara acata sugestões de tucanos e aprova Estatuto da Juventude

A Câmara aprovou nessa quarta-feira (5) o Estatuto da Juventude. A proposta garante à população entre 15 e 29 anos direitos como educação, profissionalização, trabalho, renda, igualdade, saúde integral, cultura, desporto, lazer e meio ambiente equilibrado. A matéria segue para o Senado.

“É um avanço extraordinário”, declarou o deputado **Vanderlei Macris (SP)**. A relatora Manuela d’Ávila (PCdoB-RS) atendeu pedido do tucano para manter no texto a proibição da propaganda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos. A comunista chegou a trocar o termo “proibir” por “restringir”, mas recuou após protestos.

Liderada por **João Campos (GO)**, a bancada evangélica posicionou-se contra trecho sobre orientação sexual. A parlamentar modificou a proposta para que a inclusão de temas relacionados à sexualidade nos conteúdos escolares respeite “a diversidade de valo-

res e crenças”. O texto apreciado determinou ainda “o enfrentamento de todas as formas de discriminação”.

**Mara Gabrilli (SP)** também contribuiu na formulação de políticas para os jovens com deficiência. O trabalho dela foi considerado “valioso” pela relatora. Segundo Manuela, “o PSDB foi um dos partidos essenciais para que transformássemos a pauta sobre a juventude”. O ex-deputado tucano Lobbe Neto foi presidente da comissão especial que deu origem ao projeto.

### DIREITO À MEIA-ENTRADA

A matéria aprovada garante aos estudantes o direito à meia-entrada em eventos artísticos e de entretenimento e lazer em todo o território nacional. Hoje, o benefício é regulamentado por legislações estaduais.

Essa faixa etária terá o direito de pagar 50% do valor dos transportes intermunicipais e interestaduais, “independentemente da finalidade da viagem”, conforme lei dos estados e municípios.



**“É um avanço extraordinário (o Estatuto da Juventude).”**

■ Deputado **Vanderlei Macris (SP)**

## Deputados votam reestruturação do Cade mesmo com insistência do PT em reduzir fiscalização

A Câmara aprovou o projeto de lei que reestrutura e amplia o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Pela nova regra, as análises de fusões serão realizadas previamente à conclusão do negócio. A entidade terá até 240 dias para emitir parecer sobre consulta. A matéria segue para sanção presidencial.

Favorável à proposta, o líder tucano, deputado **Duarte Nogueira (SP)**, destacou o esforço dos aliados do Planalto para esvaziar o poder de acompanhamento do Ministério Público Federal. “O governo não quer que a autarquia seja fiscalizada”, resumiu.

Nessa linha, o plenário rejeitou destaque do partido que determina a atuação do MP nos processos sujeitos à análise do Cade sem a necessidade de requerimento do conselheiro-relator do processo. Após cochilo da base, a oposição conseguiu manter o acompanhamento, porém desde que solicitado pelo responsável.

Segundo Nogueira, o controle é essencial para o bom funcionamento da autarquia e a manutenção da livre concorrência. “O Ministério Público defende o cidadão, votar contra isso é votar contra o brasileiro. Isso gera instabilidade maior às nossas instituições”, destacou.

Para o deputado **Antonio Carlos Mendes Thame (SP)**, o trabalho do MP combate distorções de mercado e cartéis, além de garantir que os preços ao consumidor sejam os mais acessíveis possíveis. “É a defesa do bom uso do dinheiro público e evita assalto contra a economia”, disse.

O líder recordou a aversão petista ao trabalho dos órgãos de controle. Em 2009, o ex-presidente Lula criticou a atuação do Tribunal de Contas da União (TCU), que sugeriu a suspensão de licitações com indícios de irregularidades. “Não é novidade: o governo do PT não gosta de ser fiscalizado. Lula já dizia que o TCU só atrapalhava”, disse Nogueira no Twitter.

### CONSELHO ECONÔMICO

O Cade é vinculado ao Ministério da Justiça e tem como missão zelar pela livre concorrência, esclarecer o público sobre as formas de infração à ordem econômica e decidir questões relativas às penalidades.

## Líder pede à Procuradoria Geral da República para investigar diretor do Dnit

O líder do PSDB na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**, apresentou nessa quarta-feira (5) à Procuradoria Geral da República representação contra o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), general Jorge Fraxe. No documento, o tucano destaca reportagens publicadas pela “Veja” e pela “Folha de S.Paulo”, que apontam indícios de mau uso do dinheiro público, peculato e improbidade administrativa, justificando a necessidade de abertura de inquérito civil e de processo policial.

De acordo com a revista, Fraxe teria ajudado a montar uma entidade que pagaria propina em troca de contrato milionário com o Ministério dos Transportes. Já a “Folha” denuncia que o general comandou obras com irregularidades quando estava no Exército. Para o PSDB, ele teria cometido falhas graves e recorrentes na supervisão, fiscalização e controle, com prejuízos que podem chegar a R\$ 40 milhões.

### FAXINA DE FACHADA

Nogueira critica o discurso endossado pela presidente Dilma de que a corrupção é herança recebida de Lula, em gestão que permitiu “aumento vertiginoso no desvio de recursos públicos”, segundo a representação. O PSDB refuta a tese de que a petista estaria promovendo uma limpeza administrativa. “Para os mais atentos, é de fácil percepção que a ‘faxina’ não passa de uma ‘fachada’”, diz trecho.

Ministros já deixaram os cargos por conta de suspeitas, mas auxiliares de primeiro escalão alvos de acusações permanecem nos postos, como Mário Negromonte (Cidades) e Aloizio Mercadante (Ciência e Tecnologia).

Além da representação entregue à PGR, o vice-líder **Vanderlei Macris (SP)** apresentou requerimento na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle pedindo a vinda de Fraxe e de personagens envolvidos nas denúncias para prestar esclarecimentos. O documento estava pautado para a reunião do colegiado de quarta-feira, mas não foi votado. @

### PSDB quer convocar ministros para explicar descontrole no Bolsa Pesca

O líder do PSDB na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**, e o deputado **Reinaldo Azambuja (MS)** pediram a convocação dos ministros do Trabalho, Carlos Lupi, e da Pesca, Luiz Sérgio, para explicar denúncia de fraudes do seguro-defeso, ou Bolsa Pesca.

Segundo “O Globo”, a Controladoria-Geral da União (CGU) revelou 60,7 mil pagamentos irregulares nos últimos dois anos, somando R\$ 91,8 milhões. Donos de empresas, aposentados, pessoas mortas ou que não tinham registro recebiam o dinheiro. Os requerimentos serão apreciados na Comissão de Agricultura.

**Antonio Imbassahy (BA)** e **Domingos Sávio (MG)** condenaram a ampliação dos gastos, que passaram de R\$ 81,5 milhões para R\$ 1,3 bilhão de 2003 a 2011. “Evidente que o PT destrói a democracia, já que usa a verba de maneira absurda para fazer estratégia e aparelhamento”, diz Sávio.

Para Imbassahy, a falta de controle na distribuição é inaceitável. “É um péssimo exemplo. É um absurdo colocar Bolsa Pesca para fins eleitorais.” @

### Distorções do relatório da reforma política atrapalham avanço da matéria

O relatório da reforma política apresentado à comissão especial destinada a discutir o assunto na Câmara tem distorções que impedem o avanço da proposta, na avaliação de tucanos. Eles reprovaram o financiamento público de campanha, abordado no parecer de Henrique Fontana (PT-RS). Os deputados defendem o voto distrital puro ou misto. Fontana pediu o adiamento da apreciação.

**William Dib (SP)** considera que o texto do petista “vai aumentar a distância entre o eleitor e o parlamentar”.

Para **Antonio Carlos Mendes Thame (SP)**, “o relatório tira a metade das vagas.” Para **Márcio Bittar (AC)**, é preciso estabelecer um teto de gastos. “Precisamos aumentar a ligação da sociedade com seu representante”, completa **Luiz Fernando Machado (SP)**.

**Alfredo Kaefer (PR)** defende o segundo turno nos pequenos municípios e **Raimundo Gomes de Matos (CE)** pede mais participação popular. **Marcus Pestana (MG)** avalia como prudente o adiamento e **Eduardo Azeredo (MG)** sugere o fim da coligação proporcional. @

### Leia também em nosso blog:

- ➔ Mantega e Fernando Pimentel darão esclarecimentos sobre aumento do IPI para veículos importados
- ➔ ITV alerta para fatores que estão levando indústria nacional ao fundo do poço
- ➔ Para Duarte Nogueira, concentração de recursos na União contribui para crescimento da corrupção
- ➔ Proposta que reduz impacto de índice de correção na dívida dos estados com o governo federal vai a plenário
- ➔ Imposto sobre operações de derivativos é prejudicial ao Brasil
- ➔ Paulo Abi-Ackel solicita audiência com especialista sobre mudança do Código de Processo Civil
- ➔ Sérgio Guerra defende reorganização e militância nas ruas para eleger mil prefeitos
- ➔ Carlos Brandão tira licença do mandato para dedicar-se à agremiação no Maranhão
- ➔ Carlaile Pedrosa cobra proibição de uso de slogans por autoridades com identificação partidária
- ➔ Direto do Twitter, com os deputados Duarte Nogueira (SP), Jorginho Mello (SC), Otávio Leite (RJ) e Carlos Alberto Leréia (GO)
- ➔ Direto do Plenário, com os deputados Duarte Nogueira (SP) e Vanderlei Macris (SP)

**EXPEDIENTE** - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação: Marcos Côrtes ■ Editores: Elisa Tedes e Gabriel Garcia ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno, Laize de Andrade e Letícia Bogéa ■ Editora da Rádio PSDB: Ana Maria Mejia ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com @ , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo